

Pilar de Goiás entre tempos e narrativas

Camila A. de Moraes Wichers¹,

Beatriz Lussim²

Daniela C. Rodrigues Dionizio³

Resumo

Pesquisas realizadas no âmbito da Arqueologia Preventiva para instalação de uma mineradora de escala industrial no município de Pilar de Goiás, antigo arraial de mineração colonial, colocaram em evidência o patrimônio e suas diferentes narrativas. Os discursos acadêmicos, os discursos produzidos pelas pesquisas arqueológicas, os discursos dos agentes do Estado e, por fim, as narrativas dos atores locais, onde se destacam as práticas das comunidades tradicionais, são aqui explorados como componentes fundamentais na proposição de práticas de preservação e uso social do que se convencionou chamar de patrimônio. É de vital importância a integração desses olhares, compreendendo os processos de patrimonialização e de musealização como ferramentas para a transformação social.

Palavras-chave: Arqueologia Preventiva, Arqueologia da Mineração, Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial, Participação.

Resumen

Investigaciones llevadas a cabo bajo la Arqueología Preventiva para la instalación de una industria minera en Pilar de Goiás, antiguo pueblo de la minería colonial, han puesto de relieve el patrimonio y sus diferentes narrativas. Los discursos académicos, los discursos producidos por la investigación arqueológica, los discursos oficiales del Estado y, por último, las narrativas de los actores locales, marcadas por las prácticas de las comunidades tradicionales, se exploran aquí como componentes clave en la propuesta de las prácticas de preservación y uso social del patrimonio. Es de vital importancia la integración de esas miradas, para que se comprenda los procesos de patrimonialización y musealización como herramientas para la transformación social.

Palabras clave: Arqueología Preventiva, Arqueología Minería, Patrimonio Cultural, Educación Patrimonial, Participación.

Abstract

Research conducted under the Preventive Archaeology for installation of a mining industrial scale in Pilar de Goiás, an ancient colonial mining, have highlighted the heritage and their

¹Doutora em Arqueologia (MAE/ USP) e em Museologia (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa). Docente da Universidade Federal de Goiás e colaboradora da Zanettini Arqueologia nos estudos em Pilar de Goiás.
Avenida Esperança, S/N - Chácaras Califórnia, Campus Universitário, Goiânia - GO, CEP 74690-612. (62) 3521-1128; camora21@yahoo.com.br.

²Bacharela em História.

Rua Estevão Lopes, 133 - Butantã, São Paulo - SP, CEP 05503-020. (11) 3034 1446 / 3034 1946 / 3816 0490; bia.lussim@gmail.com.

³Especialista em História, Sociedade e Cultura.

Rua Estevão Lopes, 133 - Butantã, São Paulo - SP, CEP 05503-020. (11) 3034 1446 / 3034 1946 / 3816 0490; danieladionizio@hotmail.com

different narratives. Academic speeches, the speeches produced by archaeological research, the speeches of state officials, and finally, the narratives of local actors, marked by the practices of traditional communities, are explored here as key components in proposing preservation practices and social use of the heritage. The integration of those looks is important for heritage and musealization processes was tools for social transformation.

Keywords: Preventive Archaeology, Mining Archaeology, Cultural Heritage, Heritage Education, Participation

Introdução

Esse texto, elaborado a seis mãos, compõe um conjunto de esforços direcionados a compreender a inserção do patrimônio arqueológico no município de Pilar de Goiás (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2013, 2015).

Compreendendo o patrimônio cultural como resultado de discursos de agentes do Estado, cujas práticas socialmente definidas e juridicamente regulamentadas privilegiam uma identidade coletiva (TAMASO, 2007), sendo amparadas por saberes científicos, convém compreender como o patrimônio arqueológico está inserido nessa complexa tessitura, envolvendo estratégias e táticas; apropriações e expropriações. Longe de esgotar o tema, pretendemos trazer à tona algumas das contradições e conflitos vivenciados no contexto em tela, assim como apontar possíveis caminhos para que o campo patrimonial possa ser constituído como arena e palco de representações múltiplas.

Encravado em meio a montanhas, na região norte do atual Estado de Goiás, em uma área de influência das bacias hidrográficas dos rios Muquém, Vermelho e das Pedras, Pilar de Goiás abrigou mais de 10 mil habitantes na década de 1970, possuindo atualmente cerca de 2700 habitantes, 55% inseridos na zona rural. Embora os discursos patrimoniais marquem o município desde a década de 1950, a Arqueologia ocupou papel coadjuvante nesse processo. Recentemente, pesquisas realizadas no âmbito da Arqueologia Preventiva para instalação de uma mineradora de escala industrial, colocaram em evidência o patrimônio e suas diferentes narrativas. Nesse sentido, ainda que inserida em um processo desenvolvimentista, a pesquisa arqueológica, ao adotar premissas das denominadas arqueologias pós-processuais (MORAES WICHERS, 2010), forçou as janelas do domínio patrimonial, trazendo impasses acerca do “destino das coisas” e evidenciando o potencial da Educação Patrimonial como prática transversal ao próprio processo de constituição do patrimônio.

Narrativas sobre a história de Pilar de Goiás

O território atualmente configurado como Pilar de Goiás tem uma longa história, marcada por ocupações indígenas, cujos indícios ainda se fazem presentes em artefatos identificados no centro urbano e arredores. Sua organização enquanto arraial de mineração teve início no século XVIII, quando africanos fugindo da escravidão encontraram ouro no local, que veio a ser denominado Quilombo de Papuã.

Em 1741, a chegada do aparato colonial viria demarcar o controle do território. A exploração aurífera, a partir de então, se deu em larga escala, atraindo grande população para a região, acabando por conformar o núcleo urbano do Arraial de Pilar de Goiás. As construções arquitetônicas erguidas no período e a implantação entre as montanhas foi o que chamou a atenção dos diferentes olhares que passaram por ali. No início do século XIX o arraial contava com 283 casas e 22 estabelecimentos comerciais (POHL, 1812).

A diminuição da produção aurífera, a partir do segundo quartel do século XIX, atribuída às secas e dificuldades técnicas de captação de água, fortaleceria a diversificação das atividades econômicas de subsistência, sendo acompanhada de um decréscimo populacional. A partir de então acompanhou-se uma “desocupação” do centro urbano, com sua população voltada, cada vez mais, para o universo rural.

Durante o século XX, as evidências arquitetônicas da época “áurea” da colonização foram reconhecidas como “patrimônio”, em especial, os edifícios setecentistas, abrindo espaço para a construção dos discursos patrimoniais. Os anos seguintes assistiram a um novo ciclo aurífero informal e ao fluxo de centenas de pessoas que deixaram marcas nas memórias e narrativas dos moradores do município (LIMA, 1990).

No início do século XXI, a instalação de uma empresa de mineração industrial trouxe novas mudanças e novos fluxos populacionais, acompanhadas da construção de discursos elaborados a partir da Arqueologia. Em seguida, apresentaremos as narrativas patrimoniais e as narrativas da Arqueologia, entendidas aqui como discursos relacionados a saberes e poderes, assim como a agência do Estado.

Narrativas patrimoniais e museológicas

De território indígena, quilombo e arraial de mineração, Pilar de Goiás passou, ao longo da segunda metade do século XX, a ser alvo de narrativas de patrimonialização e de musealização. Essas narrativas se entrecruzam em uma complexa tessitura, cujos pontos iniciais podemos situar na visita do governador Jerônimo Coimbra Bueno à cidade, em 1950, quando as características da Casa Setecentista chamaram a atenção do ilustre visitante. Segundo informações de Antônio Gomes Tição, Coimbra Bueno gostou da casa e adquiriu o imóvel de propriedade de seu tio Vicente Gomes Tição. Após a aquisição, Jerônimo doou o imóvel ao então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Convém destacar que nessa mesma década, foram efetuados os primeiros tombamentos na cidade de Goiás, antiga capital do Estado (TAMASO, 2007), evidenciando que a tessitura do discurso patrimonial no Estado de Goiás passava por uma fase de particular efervescência.

A Casa Setecentista foi considerada por Dubugras (1965) como o “melhor exemplo de habitação urbana setecentista existente em Goiás”. É a partir desta casa que teve início o procedimento de tombamento em Pilar de Goiás. A inscrição no Livro do Tombo de Belas-Artes veio em 20 de março de 1954, como “um edifício de arquitetura civil, uma morada senhorial, situada no centro histórico da cidade de Pilar de Goiás”. Já o processo de tombamento do sítio arquitetônico e paisagístico de Pilar de Goiás foi aberto em 1952, sendo inscrito no Livro do Tombo Histórico, também em 1954.

Entre o tombamento e as primeiras ações de conservação transcorreriam quase três décadas. Ao final da década de 1970, o município de Pilar de Goiás vivenciava uma série de transformações que interferiram diretamente no núcleo urbano, provocando alterações significativas no patrimônio tombado. Um novo processo de exploração mineral, marcado pelo garimpo, trouxe mudanças de monta ao município. A partir da direção de Aloísio Magalhães, marcada por tentativas em estabelecer um diálogo mais efetivo com as comunidades e pelo movimento de criação de museus locais, Pilar de Goiás recebeu as primeiras ações do aparelho estatal. O primeiro imóvel beneficiado foi a Casa de Câmara e Cadeia juntamente com a Casa da Intendência; o segundo, a Casa de Rótulas ou Casa Setecentista, imóvel que viria sediar o museu. Em 1983, o órgão concluiu as obras de restauração e de consolidação de 13 edificações.

Até 1979, a Casa Setecentista esteve cedida à prefeitura municipal, que se encarregava de determinar uma família para residir no local e cuidar da mesma (NASCIMENTO, 2010). Desse momento, são frequentes as memórias relativas ao uso do espaço para festas e comemorações. Um novo uso para o imóvel só foi previsto a partir da sua restauração. O imóvel foi devolvido à sociedade pilarense em 28 de junho de 1981, já com o novo uso e sob o nome de Museu Casa Setecentista. Na ocasião, estava sendo realizada na cidade a Festa do Divino. A solenidade teve a projeção de um filme na praça principal que abordava a própria cidade, exposição com fotos da restauração, apresentação musical e um churrasco (NASCIMENTO, 2010).

As pesquisas orais e documentais não permitiram determinar com precisão o motivo pelo qual o museu foi batizado de “Casa da Princesa”. Uma das teorias diz que esta escolha se deu em razão da Princesa Isabel ter pernoitado na Casa e outra hipótese apresentada informa que a “Princesa” em questão seria uma espécie de “versão goiana da Chica da Silva: uma escrava alforriada, amante do seu ex-senhor, que teria construído a casa para ela” (BULHÕES, 2009: 9).

Segundo Nascimento (2010), Antônio Gomes Tição, contratado pelo IPHAN para trabalhar nas obras de restauração e incorporado posteriormente como funcionário do museu, foi o grande responsável de fato pela formação deste museu, que mesmo antes da sua criação oficial já arrecadava peças para sua formação.

O Museu Casa da Princesa pertencia à jurisdição da 14ª SR/IPHAN até a transferência dos museus regionais para o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU)/IPHAN, em 2007. Em janeiro de 2009, passa a ser unidade do então criado Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Sob a direção da museóloga Girlene Bulhões, passou por um processo de inventário, ganhou uma nova expografia, a partir da organização dos objetos por temáticas e foi palco de rodas de conversa e ações educativas (BULHÕES, 2009).

O museu tem sido visitado anualmente por cerca de 5 mil pessoas, sendo que cerca de 16% desses visitantes são da própria comunidade de Pilar, uma visitação bastante elevada. O acervo de cerca de mil peças é formado por documentos históricos, fotografias e objetos (especialmente mobiliário e utensílios domésticos utilizados nos casarões de fazendas) que mostram formas do viver goiano dos séculos XVIII ao XX (BULHÕES, 2009). Atualmente, o museu conta com uma equipe de recepcionistas, profissionais de limpeza e de segurança,

contratados por uma empresa terceirizada. O principal desafio que se coloca é a necessidade de um quadro de funcionários permanentes, motivados e capacitados.

Narrativas arqueológicas

Transcorridas cerca de quatro décadas dos primeiros tombamentos, em 1991, o Conjunto urbanístico e arquitetônico da cidade de Pilar de Goiás e a Casa Setecentista foram cadastrados como sítios arqueológicos pela pesquisadora Irmhild Wüst.

Contudo, foi com os estudos arqueológicos realizados, desde 2008, para o licenciamento de uma mineração em moldes industriais, pela equipe da Zanettini Arqueologia, que a Arqueologia tomou força dentre as narrativas sobre Pilar. Tais pesquisas resultaram no cadastro e estudo de mais 12 sítios arqueológicos, 10 sítios históricos de interesse arqueológico e cinco ocorrências isoladas (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2015). Esses resultados estão relacionados a dois programas de pesquisa, um primeiro, devotado ao licenciamento do empreendimento citado, e um segundo, entendido como desdobramento do primeiro, envolvendo o estudo do núcleo urbano do município, cadastrado por Wüst como sítio arqueológico. A pesquisa no núcleo urbano adveio de um Acordo de Cooperação Técnica entre IPHAN, empresa mineradora e Prefeitura Municipal de Pilar de Goiás, assinado em 2013.

Dos sítios arqueológicos cadastrados e estudados na zona rural do atual município, três são pré-coloniais (Fazenda Campo Grande, Mata da Lavra 1 e Mata da Lavra 2) e dois multicomponenciais (Fazenda Anjo da Guarda e Fazenda Coelho), abarcando elementos indígenas e históricos. Os sete restantes (Subestação Pilar, Três Buracos, Complexo Jordino, Complexo Córrego Gaspar, Cachoeira Delgado, Mata da Lavra 3 e Bicame) foram relacionados diretamente à ocupação mineira colonial e recente, caracterizando-se como locais de extração mineral e/ou captação/distribuição de recursos naturais destinados para a atividade aurífera. Nos sítios arqueológicos Jordino e Córrego Gaspar, entendidos como complexos arqueológicos, foram observadas habitações próximas às áreas de lavras, indícios de que as lavras constituíam ao mesmo tempo local de trabalho e de morada. Nesses locais foram realizadas prospecções intensivas, escavações, documentação das estruturas de mineração e delimitação de 12 áreas de proteção no âmbito do empreendimento, visando à gestão do patrimônio arqueológico.

As pesquisas desenvolvidas no núcleo urbano do município objetivaram a realização de prospecções intensivas em espaços selecionados através de literatura consistida, a fim de identificar seu potencial arqueológico. Ao todo foram feitas quatorze intervenções em pontos espalhados pelo centro histórico da cidade.

As escavações realizadas em quintais residenciais e áreas institucionais públicas favoreceram a interação com os moradores de forma positiva, bem como as ações educativas realizadas de forma concomitante proporcionaram uma movimentação em prol do patrimônio histórico, arqueológico e cultural de Pilar de Goiás, onde as manifestações culturais foram repensadas e revisitadas dos pontos de vistas históricos e atuais pelos pesquisadores e habitantes.

Nesse processo não só aqueles patrimônios associados ao passado colonial foram observados, mas também as tradições cultivadas ao longo do século XIX, período até então considerado como de “isolamento” e “decadência”, como o desenvolvimento de ofícios e saberes mais recentes relacionados às atividades agropastoris de subsistência. Nesse sentido foram cadastrados sete Sítios Históricos de Interesse Arqueológico (SHIA) no entorno do núcleo tombado, representando exemplares das atividades econômicas rurais.

Ademais, as pesquisas também indicaram a importância do garimpo recente, empreendido nas décadas finais do século XX que deixou vestígios materiais e imateriais, principalmente em antigas áreas de lavras que foram novamente exploradas, inclusive com formas similares de ocupação, onde o morar e o trabalhar aconteciam no mesmo local, enfatizando o sonho de enriquecer com o ouro, história constante nas narrativas comunitárias.

Narrativas comunitárias

Enfatizamos nesse tópico o diálogo com os atores locais a partir de entrevistas, oficinas, rodas de conversa e a construção colaborativa de mapas patrimoniais e afetivos do município e um livro paradidático, no âmbito do Programa de Educação Patrimonial. Em Pilar de Goiás, foi um feliz encontro, um processo de diálogo entre pesquisadores e comunidade. Levamos na bagagem os resultados das pesquisas arqueológicas, e eles nos deram em troca diferentes interpretações acerca do patrimônio cultural do município.

Imagine-se em uma casa construída no século XIX, debruçado na janela olhando uma cidade. Uma cidade que cresceu a margem da mineração, que nas últimas décadas do século XX tomou ares de garimpo. Cidade com muitas histórias, de ouro e de festas. De luta e de exploração. Imagine-se um escritor ali, olhando pela janela. Quantas histórias sairiam dali?

Com a História Oral (MEIHY, 2005), buscamos registrar a partir da experiência de vida de grupos, comunidades e indivíduos essas inúmeras histórias. A partir de entrevistas realizadas com os moradores, nos aproximamos do lugar, e de seu cotidiano.

Essas histórias nos levaram para diversos lugares: para o garimpo, para as festas, para dentro e fora das casas. Em Pilar, caminhamos por diversos tempos, nos quais ainda não havia energia elétrica, as ruas não eram asfaltadas, onde os chafarizes serviam para buscar água. O rio Vermelho era um lugar aonde crianças iam se banhar, as mulheres lavavam suas roupas e louças ali. Já nas ruas asfaltadas, nos deparamos com o desejo de modernizar as casas, com uma Pilar ao som da música sertaneja e com o rodeio sendo uma das atrações da cidade. Muitas situações permeiam o tom dado a essas histórias: lutas e tensões, devoção e festas, o mundo urbano e o rural, o novo e o antigo.

Depois de feitas as entrevistas, e com as narrativas em mãos, partimos para um trabalho dentro das escolas, com oficinas que envolveram professores e alunos. Nessas oficinas o tema trabalhado foi o patrimônio cultural de Pilar de Goiás, e em específico, o patrimônio arqueológico. A proximidade que os moradores têm com algumas estruturas estudadas pela arqueologia, como o Bicame; ou com fragmentos encontrados nas roças, pedaços de potes e panelas, cachimbos, lâminas de machado, faz com que eles mesmos vejam em suas mãos a sobreposição de ocupação do lugar. Um passado marcado por ocupações indígenas, africanas e europeias. Culturas sobrepostas.

Também foram realizadas rodas de conversa. Encontros com a comunidade, onde muitas histórias novamente surgem, onde novas entrevistas acabaram sendo realizadas, para completar as narrativas do lugar. Em um desses encontros a comunidade pôde visitar a escavação que estava sendo realizada na área urbana. A convivência entre os moradores, arqueólogos e arqueólogas se tornou estreita, com acenos de mãos e longas conversas. Com a comunidade também foi realizada uma roda de conversa no acampamento do MST, localizado no município vizinho, Itapaci. Esse acampamento conta com a participação de muitos pilarenses, mostrando que os limites geográficos nem sempre são barreiras para união e luta. Cabe apontar que presença e atuação do MST em Goiás tem início com 250 famílias

acampadas em fazendas dos municípios de Jataí, Itapuranga e Goiás, desde o ano 1985 (MORISSAWA, 2008).

É importante destacar também o movimento que ocorre entre o campo e a cidade. A circulação de pessoas, um intercâmbio contínuo de comércio, ideias e valores. O campo abastece a cidade e a cidade abastece o campo. As pessoas transitam entre esses ambientes para estudar, passear, *festar* e trabalhar. Em um estudo realizado em 1988, a antropóloga Nei Clara Lima identificou um entrelaçar entre essas duas áreas que extrapolam os limites urbano e rural (LIMA, 2003).

Depois de tanto material recolhido, seja das 23 entrevistas organizadas a partir da história oral temática, da presença de 224 moradores em oficinas e rodas de conversa, e ainda de uma pesquisa em 52 domicílios com a realização e entrevistas informais, é possível verificar o quanto o patrimônio se transforma dependendo de quem o olha. O que é importante para a comunidade, muitas vezes não o é para os órgãos responsáveis, ou que fazem essas escolhas.

Vale destacar a construção de um livro paradidático devotado a sintetizar os resultados de cinco anos de pesquisas, envolvendo professores do município, com escolhas realizadas ao longo de três dias de encontros. Também foi desenvolvido, de forma colaborativa, um mapeamento afetivo dos lugares, festas e saberes em uma oficina com alunos. Aqui ganha destaque o que faz sentido para aquela comunidade, naquele tempo e por escolha própria. Dessa forma, um mapa revelou-se pouco, tendo sido produzidos dois mapas: um focado no Núcleo Urbano e outro no entorno, envolvendo o cotidiano na zona rural. Nesses mapas podemos visualizar cerca de 70 referências patrimoniais indicadas pelos moradores, as quais foram somadas aos 27 bens arqueológicos mapeados nas pesquisas arqueológicas.

Misturando tudo em uma panela, recheada com vivências de ambos os lados, com vários olhares para um mesmo lugar saiu o material que está sendo produzido pela Zanettini Arqueologia. Dessa janela, do século XIX, as vozes de quem passa na rua invadem essa casa, ecoam falando da Folia do Divino, dos presépios e lapinhas montados no natal, das comidas e fogos da matina, das festas de São João, das máscaras do boi e das que enfeitam os rostos da Cavalhada, dando vida a diversos personagens.

Considerações finais

Os resultados demonstram as distintas narrativas acerca de Pilar de Goiás, colocando em perspectiva os discursos produzidos pela Arqueologia Preventiva, os discursos acadêmicos (DUBUGRAS, 1965; LIMA, 1990, 2003; NASCIMENTO, 2010; AMORIM, 2012), os discursos dos agentes do Estado (IPHAN e IBRAM) e, por fim, os discursos e narrativas dos atores locais, entendidos como componentes fundamentais na proposição de práticas de preservação e uso social do patrimônio cultural.

Para além do aparente consenso que paira sobre as políticas de preservação do patrimônio, aparecem clivagens ideológicas e distâncias sociais, assim como apropriações e representações plurais (TAMASO, 2007). Dessa feita, o tombamento da Casa Setecentista em 1954, que abriga o Museu Casa da Princesa, como ação inaugural das práticas patrimoniais em Pilar de Goiás, evidencia a valorização de uma época “áurea”. O passado como arraial de mineração colonial surge como primeiro eixo de valorização patrimonial, corroborado também pelo tombamento do núcleo histórico. No final da década de 1970, as primeiras ações de conservação realizadas pelo IPHAN e a criação do museu local marcariam uma tentativa de diversificação do que se convencionou denominar de patrimônio cultural no município. A inauguração do museu, comemorada com um churrasco e com a apresentação da Folia do Divino apontam nessa direção. Naquele momento, o município vivenciava um novo surto de exploração mineral, marcada pelo garimpo de ouro.

Em 2013, ao partirmos para o nosso trabalho de campo, as notícias sobre a relação dos pilarenses com o seu patrimônio eram de uma não valorização desse patrimônio por parte desses atores locais. Ao chegarmos, fomos surpreendidas com dezenas de celebrações, lugares, saberes, edificações e formas de expressão, mencionadas nas conversas informais, entrevistas, rodas de conversa, reuniões e oficinas. Um calendário extenso de comemorações e jovens envolvidos na produção e realização dessas celebrações, mostravam uma dinâmica patrimonial extremamente interessante, formada por cerca de 70 referências culturais.

Podemos organizar esse amplo mosaico em três grandes eixos: um primeiro marcado pelas atividades de mineração colonial, pelo garimpo e pela construção das paisagens; um segundo eixo marcado pelo movimento entre zona urbana e zona rural, que longe de contrapor-se, se complementam e questionam as interpretações simplistas que vêem Pilar de Goiás como o fruto de ciclos de apogeu e decadência de exploração aurífera; um terceiro eixo

é composto pelas festividades e religiosidades, que marcam o cotidiano e o calendário dos pilarenses. Esses três eixos marcaram as falas e os mapas afetivos produzidos.

Em termos de políticas patrimoniais, apenas parcela do primeiro eixo foi valorizada - a mineração colonial, que corresponde a monumentos emblemáticos relacionados aos ideais estéticos e históricos que marcam a construção do campo patrimonial no país (GONÇALVES, 1996). Mesmo para esse recorte patrimonial, as entrevistas apontaram que os atores locais se sentem desprovidos de apoio do Estado para a preservação desses bens. Com relação à mineração recente, as estruturas evidenciadas pela Arqueologia se relacionam com as narrativas acerca das lutas, alegrias e dores no trabalho com o garimpo. Narrativas também permeadas de santos e assombrações (LIMA, 2003), da relação entre o visível e o invisível. Os saberes e fazeres entre o rural e o urbano, assim como as festividades e religiosidades, não haviam sido alvo de ações do Estado, sendo que a realização do Programa de Educação Patrimonial e a efetivação do Acordo de Cooperação Técnica – ao determinar a pesquisa arqueológica no núcleo urbano, foram espaços privilegiados para o mapeamento dessas referências. Nesse sentido, a ação educativa foi compreendida como ação transversal, presente nas escavações no centro urbano, nas conversas, nas oficinas e entrevistas.

Uma questão em aberto reside no que estamos denominando de “destino das coisas”. As pesquisas arqueológicas realizadas ao longo de cinco anos resultaram em um acervo de 20 mil peças arqueológicas. Dessa forma, o Acordo de Cooperação Técnica, já mencionado, estabeleceu a necessidade de reformulação do Museu Casa da Princesa para que o mesmo possa receber essa coleção. Para tanto, foram indicadas algumas ações emergenciais: Análise da situação atual do museu e entrega formal da proposta de trabalho (efetuada); Construção de exposição e sinalização museológica do núcleo urbano: espaços utilizados para as práticas culturais mencionadas pelos atores locais no mapeamento; Realização de fóruns com Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração participativa do planejamento museológico; Desenvolvimento dos projetos executivos de arquitetura; Execução de obras; Entrega do acervo arqueológico (mediante treinamento da equipe local).

Nesse sentido, a prática arqueológica “forçou” as janelas do domínio patrimonial, buscando romper com uma visão universalista e hegemônica do patrimônio, em favor de um diálogo profícuo entre tempos e narrativas. Uma grande teia de manifestações inter-relacionadas marca o campo patrimonial pilarense, sendo de vital importância integrar esses olhares, bem como compreender os processos de patrimonialização e de musealização como

ferramentas para a transformação social. Esse esforço ainda encontra-se em processo. Esperamos que as ações indicadas no âmbito desse processo, tendo como núcleo o Museu Casa da Princesa, mas espraiando-se por toda a cidade e arredores, possam ser concretizadas em prol da construção de um campo patrimonial como arena e como palco de negociações e intersubjetividades.

Referências Bibliográficas

- AMORIM, L. T. de. **Turismo Sustentável e desenvolvimento no patrimônio cultural de Pilar de Goiás-GO**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente – Anápolis, 2012.
- BULHÕES, G. C. **Plano Museológico Museu Casa da Princesa**. Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)/ Museu Casa da Princesa (MCP), Novembro de 2009.
- DUBUGRAS, E. M. **Notas sobre a arquitetura do século XVIII em Pilar de Goiás**. Universidade de Brasília, 1965. (mimeo).
- GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- LIMA, N. C. **Pilar: um giro pelo sagrado**. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 1990.
- LIMA, N. C. **Narrativas orais: uma poética da vida social**. Brasília: Editora UNB, 2003.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5ª ed., São Paulo: Ed. Loyola, 2005.
- MORAES WICHES, C. A. **Museus e os descaminhos do patrimônio arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira**. Tese de Doutorado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2010.
- MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- NASCIMENTO, C. G. L. **De casa histórica à Museu Local – A trajetória do museu Casa da Princesa**. Monografia apresentada à graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- POHL, J. E. **Viagem no Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976 (Publicado original em 1812).



SILVA, M.A. **Memórias e Histórias no sudoeste amazônico: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia.** Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2015.

TAMASO, I. **Em Nome do Patrimônio: representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás.** Tese de Doutorado, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2007.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Programa de Prospecção, Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial. Projeto Pilar de Goiás.** Município de Pilar de Goiás- GO. Relatório Final e Anexos, 2013.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Diagnóstico Arqueológico - Núcleo Histórico Tombado de Pilar de Goiás. Município de Pilar de Goiás, Estado de Goiás.** Relatório Final, 2015.